

O gênero feminino nos jornais impressos de Parintins (AM): uma análise de enquadramento¹

Yasmin Gatto CARDOSO²

Rafael Bellan Rodrigues de SOUZA³

Universidade Federal do Amazonas, *Campus Parintins*⁴

Resumo

Este trabalho realiza uma reflexão acerca do enquadramento jornalístico dado para as matérias que retratam a figura feminina e tem por objetivo principal verificar se a mídia impressa parintinense perpetua o discurso machista hegemônico. A análise foi feita em edições de dois jornais impressos com os mais diferenciados conteúdos jornalísticos, entre eles notícias, editoriais e reportagens. É com base nesses textos que abordam a mulher e na maneira que foi feito o enquadramento das matérias, que se analisa esta caracterização, respondendo o seguinte questionamento: qual o destaque que as mulheres estão tendo na mídia e de que forma esse recorte representa a figura feminina? O enquadramento permite que se analise a forma com que os jornais tratam as mulheres, quais os destaques, sobre o que se fala o que é excluído e o que é posto em evidência.

Palavras-chave: Figura feminina; Relações de gênero; Enquadramento Jornalístico; Mídia.

Introdução

No mundo capitalista há uma forte desigualdade entre os sexos e para justificar essa disparidade vários mitos são inventados e difundidos na sociedade pelos aparelhos privados e públicos de hegemonia – escola, Igreja, sindicatos, partidos políticos, o próprio Estado e, sobretudo, pelos meios de comunicação⁵ - que exercem papel fundamental para a formação de opinião dos indivíduos.

O mito da fragilidade feminina, a superioridade intelectual dos homens, a desvalorização do trabalho feminino, o trabalho doméstico exercido somente por mulheres

¹ Trabalho submetido ao XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania a ser apresentado como Intercom Júnior na X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² Estudante do 8º. Semestre do Curso de Comunicação Social/ Jornalismo, email: yasmin_gatto_cardoso@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social/Jornalismo email: rafaelbellan@yahoo.com.br

⁴ Município do interior do Estado do Amazonas com aproximadamente 100.000 habitantes, localizado a 420 quilômetros da capital do Estado (Manaus).

⁵ “A teoria da hegemonia de Gramsci permite-nos meditar sobre o lugar crucial dos meios de comunicação na contemporaneidade, a partir da condição privilegiada de distribuidores de conteúdos, como proposto por Karl Marx (MARX e ENGELS, 1977, p.67): [transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia]” (MORAES, 2010, p. 57).

são exemplos que evidenciam essa contradição no seio da segregação entre os gêneros difundidos na sociedade.

A ideologia dominante também tenta justificar estas ideias pelas diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, mas essas desigualdades são irrelevantes do ponto de vista das capacidades humanas. Por isso que é possível encontrar mulheres executando atividades socialmente identificadas como masculina e vice-versa, ou seja, se a diferença biológica determinasse tudo, não seria possível se observar essa “troca de funções sociais”.

É válido lembrar que o comportamento humano, as preferências e as inclinações são fatores construídos desde muito cedo e sempre de acordo com o que é socialmente aceitável. A educação, por exemplo, é também um dos aparelhos de difusão de hegemonia e tem uma divisão sexista predominante, isso não só acontece com o sistema educacional, mas também com o familiar que faz com que os padrões de “ser menina” e “ser menino” se perpetuem (PAGU, 2012).

As características não são determinadas pelo sexo, mas sim pela educação recebida e faz com que os padrões impostos se tornem incontestáveis. Essas características também servem para determinar o papel do sujeito na sociedade, por isso desde pequenas as meninas são educadas para cumprirem o papel de mãe, de esposa e de dona de casa enquanto os meninos são educados para serem os chefes da família. Tem-se aí um indício claro da opressão feminina, ou seja, o machismo⁶. É importante que se entenda que o machismo não é fruto de uma conduta somente individual, mas sim de uma ideologia que vem sendo reforçada ao longo dos anos por esses aparelhos privados e públicos de hegemonia.

O machismo é essencial para a reprodução desigual da força de trabalho, é importante para o sistema capitalista que a mulher ocupe papel inferior ao homem, é uma das formas que o capital usa para manter seus níveis de acumulação. E é aí, nessa divisão do trabalho (trabalho doméstico X trabalho assalariado) que se encontra a origem da opressão feminina, pois partindo do método materialista histórico-dialético compreende-se que todas as esferas de atividade humana possuem a raiz no trabalho.

⁶ Machismo: ideologia que considera a mulher, econômica, política e socialmente inferior ao homem e é isso que justifica o controle que é exercido sobre as mulheres em vários aspectos de sua vida. Ou seja, um conjunto de ideias falsas que partem de premissas falsas criando assim, uma “falsa verdade” utilizada para justificar a submissão da mulher em relação ao homem (...). O machismo pode se expressar de várias formas. Nas piadas que ridicularizam as mulheres, nas várias formas de violência: verbal, física (incluindo aí a violência sexual) e psicológica, na mercantilização do corpo da mulher. Mas também na desvalorização do trabalho feminino, na diferenciação salarial entre homens e mulheres e na transformação da mulher em escrava do trabalho doméstico (PAGU, 2012, p.12-3).

A relação de dominação do homem para com a mulher faz com que a figura feminina se reduza a objeto, a uma propriedade privada do seu dominador (homem) o que acaba gerando diversos tipos de violência. A Lei Maria da Penha, que vigora no Brasil desde (2006) traz teoricamente uma série de direitos para as mulheres vítimas de violência física, moral, psicológica, patrimonial, mas ainda assim o índice de violência contra a mulher é alto e a Lei não é cumprida de maneira efetiva.

A mulher também é vítima constante da violência social trazida em letras de música, propagandas de cerveja e carros, que trazem a figura feminina como o atrativo para os comerciais. Isso acontece no Brasil de maneira comum, no município de Parintins, cidade da Festa do Boi-Bumbá, a figura feminina também é colocada em evidência.

Este artigo é resultado de uma pesquisa de monografia⁷ que se baseou em 16 edições de dois jornais impressos de Parintins (Repórter Parintins) e (Jornal Novo Horizonte) contendo um ou dois materiais jornalísticos passíveis de análise em cada uma dessas publicações. Neste artigo, colocaram-se somente duas análises de cada jornal, uma análise compacta do material pesquisado na monografia.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1. Origem da opressão⁸ feminina

As mulheres nem sempre foram oprimidas, historicamente é a família individual e monogâmica que inaugura a primeira forma de opressão da mulher, onde a mulher passa a ser a primeira criada, sem participação na produção social.

As mulheres foram retiradas dos espaços públicos, da produção e da sobrevivência e foram restringidas aos espaços domésticos. Mas no antigo lar comunista, a direção do lar era confiada às mulheres e essa atividade era tão necessária quanto o trabalho de prover o sustento do lar que os homens tinham (ENGELS, 1884 apud FELIPPE, 2008, p.99).

⁷ Este artigo é resultado de uma discussão realizada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Mulher um produto à venda: o discurso machista nos jornais impressos de Parintins” do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

⁸ Compreende-se a opressão como transformação das diferenças em desigualdades para por em desvantagem e/ou submeter um determinado grupo social, ou sujeitos, a condições de submissão. A opressão pode ser de vários tipos: opressão racial, sexual, por etnias, de gênero, dentre outras. Esse estudo se atém a opressão das mulheres por sua condição de gênero feminino (PAGU, 2012, p.14).

A desigualdade legal, que herdamos de condições sociais anteriores, não é causa e sim efeito da opressão econômica da mulher (...). As coisas mudaram com a família patriarcal e ainda mais com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele, o governo do lar transformou-se em serviço privado, a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na produção social (ENGELS, 1884 apud FELIPPE, 2008, p.99).

A família que conhecemos hoje tem por base histórica a escravidão doméstica da mulher, onde ela cumpre os deveres domésticos e logo fica excluída do trabalho social. O papel social do trabalho exercido em casa perdeu relevância frente à magnitude das atividades executadas pelos homens no âmbito diretamente social.

Segundo Quartim de Moraes (2000) é o pensamento conservador que toma a família como uma entidade supra-histórica, uma instituição idêntica, na qual as funções e os papéis são naturalmente masculinos e femininos. Esta ideologia do ‘natural’ visa distorcer as funções desempenhadas pelas mulheres dentro da família. “Fala-se da mulher, da família como se fossem sempre as mesmas (...). Assim, a análise da feminilidade e da família deve ser um todo monolítico: mãe e filho, lugar de mulher (...) seu destino natural” (QUARTIM DE MORAES, 2000, p.91).

A mulher e o homem são formados naturalmente como figuras não iguais e essa não igualdade se transformam na base das futuras formações, beneficiando o capitalismo e permitindo assim mais exploração.

O controle do homem sobre a mulher na família faz da organização das relações de gênero algo apenas perceptível. Um exemplo disso é justamente a menor valoração do trabalho da mulher em comparação com o trabalho do homem, condição esta que torna a mulher particularmente mais propensa à exploração capitalista: o trabalho da mulher e da criança é mais barato (HAUG, 2006, p.316-7).

É por isso que entender as relações de gênero é essencial para a formação social do indivíduo, para o entendimento dos modos de produção da sociedade capitalista e estudar essas relações é de fundamental importância para que se esclareçam perguntas referentes à divisão trabalhista, dominação, exploração, ideologia, política, sexualidade, religiosidade, etc. (HAUG, 2006).

Essa divisão histórica do trabalho nas relações de gênero demonstra que a exploração capitalista se apoia na opressão da mulher. Essa obrigação “natural” das mulheres de cuidar dos filhos, maridos e dos afazeres domésticos, independentemente de trabalharem fora só beneficia o sistema.

A derrocada do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo. O homem empunhou também as rédeas da casa; a mulher se viu degradada, convertida na servidora, na escrava da luxúria do homem, em um simples instrumento de reprodução (ENGELS, 1986, p.110-1 apud HAUG, 2006, p.319-20).

O discurso estabelecido ideologicamente de que a mulher deve ser mãe faz com que as mulheres mais uma vez se tornem escravas dos homens e sejam vistas apenas como reprodutoras. E esse discurso que a mulher é “polivalente”, “multifuncional” traz um argumento que as mulheres nasceram com essas características quando na verdade essa ideia foi desenvolvida de maneira social para que a mulher arcasse com o trabalho doméstico e com o assalariado.

Pensar em relações de gênero como relações de produção pode parecer presunçoso, já que estamos acostumados a pensar recentemente como a organização da produção dos meios de vida. Assim é que entendemos as relações capitalistas de produção como a organização de produção proveitosa e rentável para o mercado (...). Sustento que todas as práticas na sociedade estão determinadas por relações de gênero, sendo por isso, colocadas em chave de dominação e que, portanto, devemos incluí-las em qualquer análise e compreensão da sociedade (HAUG, 2006, p.321).

A diferença entre feminino e masculino está tão embutida no pensamento da sociedade que a determinação diferenciada de julgar as coisas tem como base a ideia da desigualdade entre os sexos. Hoje, não se pode pensar na mulher como um ser independente, que tem escolhas, que tem querer, que tem o poder de decidir sobre o próprio corpo, sobre a maternidade, sobre o casamento. A mulher tornou-se propriedade privada do homem e, por conseguinte, propriedade dos filhos.

Não se pode deixar de falar que essas ideias são difundidas e perpetuadas com um único objetivo, continuar fazendo com que o capital domine as esferas da vida da sociedade. Como mencionado acima, esse discurso ideológico de diferença entre os sexos e da polivalência da mulher só traz benefícios para a sociedade do capital.

Quando se fala que o trabalho do homem vale mais que o da mulher, o sistema se isenta automaticamente de pagar salários iguais e a multifuncionalidade da mulher faz com que ela trabalhe dentro e fora de casa e só receba pelo trabalho feito fora do âmbito doméstico, mais uma vez beneficiando o capital.

Essa ideologia burguesa e machista é propagada todos os dias pelos mais variados tipos de aparelhos privados de hegemonia, no caso específico dessa pesquisa, pelos meios de comunicação.

Vale destacar que a mídia é uma das mais importantes formadoras de opinião, deste modo, é fundamental que se entenda como ela vem divulgando e construindo a identidade e o papel da mulher na sociedade. Os jornais por terem esse poder podem ter grande parte de contribuição para a manutenção ou ruptura de ideologias machistas.

2. Mídia e enquadramento

A mídia tem hoje grande parte da responsabilidade de informar as pessoas sobre o que acontece no mundo inteiro. “Milhares de acontecimentos são revelados ao mundo a cada instante, o que sabemos sobre os assuntos de interesse público depende do que nos informam os veículos de comunicação” (ERBOLATO, 1991, p.49).

O papel da mídia é posto em pauta todos os dias, cabendo a ela informar, noticiar, selecionar fatos que merecem ser divulgados, etc., mas sempre de acordo com o interesse da empresa a qual o veículo midiático pertence, aí é que se encontra um dos sérios problemas da comunicação no Brasil, o oligopólio dos meios comunicacionais.

A mídia no Brasil é comandada por um pequeno grupo de famílias que decide o destino da comunicação no país. É este seleto grupo que escolhe o que a maioria da população merece saber e nem sempre os interesses dessa hegemonia favorece as informações noticiadas. Vieira Jr. (2007, p. 1) contribui afirmando que

Dos anos de 1990 até recentemente, o que se configurou de maneira acentuada foi o movimento ascendente de concentração da mídia nacional e a consequente redução drástica de grupos (em sua maioria, empresas familiares) no controle dos principais veículos de comunicação do país. Algo em torno de nove grupos familiares controlavam a grande mídia no decorrer da última década: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Editora Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Organizações Globo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Rede Bandeirantes).

Vieira Jr. (2007) diz que nos últimos anos essa concentração midiática ainda diminuiu, de nove famílias detentoras do poder somente seis comandam o oligopólio midiático no Brasil atualmente.

(...) o número de mandatários da grande mídia de abrangência nacional encolheu. Isso porque foram retiradas da lista as tradicionais famílias Bloch, Levy, Nascimento Brito e Mesquita, que não exercem mais controle direto sobre seus veículos de comunicação. Civita, Marinho, Frias, Saad e Abravanel - além dos Sirotsky, à frente da Rede Brasil Sul (RBS) nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - são os clãs que comandam (...) (p.1).

Além de se ter o poder dos meios de comunicação concentrado, ainda se tem o mesmo enquadramento e abordagem das notícias em todos esses canais. É difícil se ver uma cobertura, uma reportagem em um meio de comunicação que se diferencie dos outros. Não afirmo aqui, que não exista, mas os veículos que conseguem fazer uma abordagem diferenciada são poucos e de pouco alcance na sociedade.

2.1 Enquadramento

A cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa, elementos que, a propósito, constituem, não por acaso, os objetos mesmo da tessitura noticiosa que cotidianamente nos apresentam os veículos informativos impressos e eletrônicos (CARVALHO, 2011, p.1).

O próprio jornalismo é marcado por contradições que na prática promovem recortes do real noticiado, enquadrando-o e mesmo excluindo alguns aspectos dos acontecimentos. A pesquisa visa encontrar subsídios dentro desta teoria para buscar explicações acerca de certos enquadramentos da figura feminina.

O conceito de enquadramento (...), tem sido um dos pilares na proposição sobre os modos como as notícias nos são apresentadas pelos operadores jornalísticos a partir de referências que deem às narrativas noticiosas inteligibilidade, o que implica em relacioná-las a alguma dimensão do social reconhecível por quem as receberá. O enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos como é possível, a cada indivíduo, identificar a situação diante da qual se encontra em presença (CARVALHO, 2011, p.3).

É válido dizer que as ações do jornalismo enquanto um ator social em interação com os demais atores com os quais tem que se haver acontece não só a partir da definição de uma linha editorial definida por cada veículo, mas acontece a partir de uma série de procedimentos técnicos. E é essa investigação que se busca fazer na pesquisa, porque a relevância dada à alguns assuntos e nem tanto à outros. No que tange a figura da mulher nos jornais, o enquadramento nos permite referenciar certas escolhas feitas por parte dos jornalistas.

Os enquadramentos são como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais. Na prática jornalística, um enquadramento é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas

gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer (ROTHBERG, 2010, p. 3).

Os enquadramentos são como ideias centrais que organizam a realidade dentro de alguns eixos e envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas, etc. são como “pacotes interpretativos” que dão sentido a um assunto e permite que o leitor construa significados a respeito de um determinado tema. “Os enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular” (ENTMAN, 2007, apud ROTHBERG, 2007).

DESCRIÇÃO DO CORPUS

3. Análise dos Jornais Repórter Parintins e Novo Horizonte

Jornal Repórter Parintins

Edição 1

Na edição 146 o jornal traz uma matéria que trata sobre um evento realizado pela Ufam que visa discutir a questão da violência contra mulher e os prejuízos trazidos pela falta de estrutura para o atendimento das vítimas. Nesta matéria o jornalista traz discussões importantes para o aumento do número de casos de violência doméstica em Parintins⁹ e em todo baixo Amazonas. O autor busca colocar dados específicos que ajudem o leitor a entender mesmo que de forma superficial como funciona a Lei Maria da Penha e as barreiras para uma efetivação concreta.

(...) O objetivo do fórum é discutir o atendimento precário às mulheres vítimas de **violência doméstica em Parintins que se agrava ainda mais com a falta de abrigo, espaço adequado para delegacia especializada, defensoria pública ou suporte social e psicológico**. O descaso não é por falta de vítimas. No ano passado foram registrados **mais de dois mil casos**, número muito maior do que no ano de 2011. (...) **O próprio desenvolvimento econômico, falta de organização política do município, má distribuição da riqueza, falta de educação** básica de qualidade para que as pessoas tenham consciência social fazem com que a situação se agrave. A lei nº 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha sofreu alterações. Entre as principais se destacam **a mulher violentada só pode**

⁹ A pesquisa realizada no ano de 2013 pelo mesmo programa citado ao longo da matéria “As Amazonas em Foco” constatou-se que existem mais de 300 casos por mês registrados na Delegacia Especializada de Polícia Civil no município.

renunciar a denúncia perante o juiz, hoje qualquer pessoa pode denunciar caso de lesão corporal não apenas mais a vítima, a lei proíbe penas como cestas básicas ou multa e aumentou o tempo de prisão de três meses para três anos (Edição 146, 2013, p.6, grifos nossos).

Essa matéria não tem muito destaque no jornal, mas o nível de informações abordadas por ela é de grande contribuição para a sociedade parintinense. O repórter forneceu dados importantes sobre o descaso do próprio Estado com as mulheres vítimas de violência. E em uma cidade como Parintins onde o número de casos aumenta a cada ano, uma reflexão desse tipo é imprescindível para que as pessoas conheçam o que ocorre, o que vem sendo feito e os empecilhos para maior concretização dessa Lei.

No final, ao colocar dados mais específicos sobre as penas a serem cumpridas para quem pratica este tipo de violência, o autor faz um tipo de alerta informando aos possíveis agressores que eles podem pagar pelo crime que cometem e informando também às agredidas que elas têm Lei para protegê-las. Ou seja, quem ler esta notícia percebe que a violência contra a mulher pode ser combatida.

Edição 2

Na edição 149 do dia 12 de maio, dia em que é comemorado o Dia das Mães, o jornal traz um editorial alusivo a data. O editorial tem por título “Reprodução das desigualdades!” e diz:

Pela lógica do machismo que impõe às mulheres a maternidade como único caminho de realização pessoal, a gravidez, em muitos casos parte do estupro ou de se acreditar que os corpos são propriedades dos ‘companheiros’. ***Vulneráveis, mulheres reproduzem, sem planejamento familiar e política de controle de analfabetismo, a pobreza, a miséria, a violência etc.*** Sem criminalizar a mulher-mãe pelo direito do sim ou não à maternidade, o Estado é responsável pelo aborto de milhares de vidas inocentes geradas no ventre de diversas raças (...). Tal realidade é evidenciada pela lenda do Boto quando uma caboca aparece grávida e o filho não tem pai. Logo, se diz “é filho do Boto”. Tornou-se comum mulheres darem luz a curumins e cunhatães com ausência da figura paterna. ***Isso impôs às mulheres produzir o fenômeno êxodo rural. Atraídos por melhorias de qualidade de vida, a cabocada, produto em foco, refugia-se nas cidades e provoca desequilíbrio social.*** Por déficit de moradia, recorrem à ocupação de terras, cujo desdobramento é visível nas periferias alagadas, sem infraestrutura (...) (Edição 149, 2013, p.2, grifos nossos).

O editorial traz em si uma série de contradições, primeiro coloca a ideia de maternidade e de propriedade da mulher pelo homem como lógicas da ideologia machistas. Logo em seguida a mulher é colocada como um ser vulnerável que reproduz sem planejamento familiar, aumentando assim o analfabetismo, a pobreza, a miséria e a violência.

O autor do texto deixa explícito que a culpa dessas mazelas sociais é da mulher, sem fazer uma discussão da estrutura capitalista que está posta. Pela lógica do Capital essas mazelas sociais só tendem a crescer e a culpa é do próprio Sistema, mas o jornalista coloca a culpa da “reprodução das desigualdades” na mulher. É o ato de reproduzir a vida, no caso a gravidez, que faz com que tenha mais pobreza, violência, etc. Além de isentar o Estado dessas responsabilidades, a ideia culpabiliza a mulher e exclui o homem do papel de reprodução, sendo que em nenhum momento a figura masculina é citada no texto. E nem é preciso citar aqui a função biológica do homem no ato reprodutivo.

Outro ponto que merece destaque nesse editorial é que as mães solteiras provocam o êxodo rural. O fato de elas terem filhos que não tem pais presentes fazem com que mulheres venham da zona rural para a cidade. Será que é isso mesmo? E as dificuldades que as pessoas que moram nos interiores do Amazonas passam? Usa-se o termo ‘pessoas’ porque as dificuldades enfrentadas pelos interioranos não são só enfrentadas por quem tem filhos, mas por todos. Mais uma vez o autor do texto isenta o Estado das responsabilidades e culpa a mulher por vim do interior para a cidade, provocando assim um desequilíbrio social. E mais, no texto as periferias são colocadas como se fossem ocupadas somente por pessoas do interior, pela “cabocada” como diz o próprio autor e, sobretudo, por mães solteiras.

Jornal Novo Horizonte

Edição 1

Na edição nº 972, o Jornal Novo Horizonte traz uma matéria intitulada “Copa Alvorada 2013 reúne cidades e oportunidades”. A matéria trata sobre o campeonato realizado pelo Sistema Alvorada de Comunicação todos os anos. Dentro da notícia tem um subtítulo “Rainhas da Copa” que fala sobre a disputa feminina para o cargo de Rainha Copa Alvorada 2013.

As belas candidatas a rainha da Copa Alvorada trouxeram um atrativo a mais à competição. Doze rainhas fizeram os desfiles que empolgaram o

público (...). Beleza, simpatia e desfile serão critérios avaliados pelos jurados. Neste primeiro desfile foi apenas uma apresentação das candidatas, sem eliminatórias. **O concurso de rainha da Copa sempre atrai um bom público.** As meninas se preparam para as apresentações. Roupas alusivas ao ambiente esportivo e, especialmente, com referência às cores das equipes (Edição 972, 2013, p.6, grifos nossos).

Neste texto, é perceptível que a mulher é colocada como um objeto para atrair maior público para o evento. O jornalista fez questão de enfatizar a beleza, a sensualidade e a simpatia das concorrentes e ainda destacou que nesse primeiro desfile não houve eliminação, as candidatas foram apenas apresentadas. Não é a toa que o repórter coloca em evidência esses aspectos, o intuito é fazer com que mais pessoas prestigiem o evento para acompanhar as etapas eliminatórias.

De acordo com (ENTMAN, 2007 apud ROTHBERG, 2009) o enquadramento dado ao texto faz com que o leitor introduza ou aumente a saliência ou importância aparente de ideias, ativando assim os esquemas que os encorajam a pensar, sentir e a decidir de maneira individual. Ao expor as candidatas e os atribuir qualidades a elas, o jornalista faz com que o leitor escolha qual a sua preferida.

Edição 2

O segundo material analisado é um editorial sobre o Dia Internacional da mulher que é intitulado como: “8 de março, pós-modernidade, conflitos e outras alternativas” e tem como autora a professora Rossana Teresa Curioni Mergulhão, mestre em Direito. O texto opinativo começa fazendo uma reflexão importante sobre o tema, mas finalizado com um discurso vazio. O texto colocado abaixo são só alguns trechos do editorial:

Novamente chegamos ao dia 8 de março. A lembrança do surgimento da data é inevitável. Reivindicações por melhores condições de trabalho, equiparação de salários com os homens e tratamento digno dentro do ambiente laboral. A manifestação foi reprimida. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano. De lá pra cá avançamos em alguns pontos, mas os desafios e obstáculos não são poucos e nem pequenos. **A violência doméstica é inegável e não obstante à Política de enfrentamento, ela está arraigada nos escombros culturais, a busca por condições humanas, por tratamento isonômico às mulheres continua.** Velhos conflitos, enquanto outros modernos, pós-modernos, nos desafiam (...).

Por fim, nesse 8 de março contextualizado, levada pelo meu otimismo, pela esperança que me faz buscar e acreditar a cada dia em momentos melhores, **cumprimento todas as mulheres, que realmente vivenciam a natureza feminina; que encarando o dia-dia profissional não perdem a**

ternura; para aquelas que conosco buscam ocupar o seu lugar, mas cientes de que poderão conservar seus próprios valores. Espero que o crescimento do número de mulheres em lugares anteriormente ocupados por homens contribua para que os valores femininos mais e mais estejam presentes no campo profissional, aumentando a compreensão e a solidariedade (...) (Edição 974, 2013, p.2, grifos nossos).

O editorial começa fazendo uma discussão sobre o que é o Dia da Mulher, quais os motivos que levaram a escolha dessa data, mas no final do texto, a professora termina falando sobre ocupações e atribuições mais femininas, uma mulher que escreve sobre o próprio dia, sabe do significado, mas consegue banalizar o trabalho feminino falando que paciência, atenção, intuição, o ouvir e fazer companhia são inerentes à mulher. O trabalho também é desvalorizado, pois a autora cita somente atividades ‘secundárias’ a serem exercidas pelas mulheres e lembrando que para, além disso, a mulher não pode perder a sensibilidade.

Essa diferença entre os sexos está tão embutida no pensamento da sociedade que a determinação diferenciada de julgar as coisas tem como base a ideia da desigualdade entre os sexos e os meios de comunicação ainda constroem a ideia de uma mulher que é sensível, que consegue intuir algumas coisas, que pode fazer mais de uma atividade ao mesmo tempo, e na realidade são ideologias construídas socialmente, por isso que existem homens capazes de executar tarefas ditas femininas e vice-versa. Ao longo do editorial, a professora afirma por diversas vezes que determinados trabalhos precisam da mulher, que a sociedade cobra isso.

(...) um espaço de trabalho diferenciado, cuja essência é o contato humano, *ocupações como supervisão, entretenimento, fazer companhia às pessoas e ouvi-las, cuidar delas, ajuda-las material e espiritualmente são um bom exemplo dessas novas tarefas.* Nessas funções, apesar dos avanços tecnológicos, a sociedade requer *atributos mais femininos como a paciência, a atenção e a intuição.* Desse modo, é necessário que a mulher esteja pronta para preencher essas funções (...) (Edição 974, 2013, p.2, grifos nossos).

A figura da mulher ideal gira em torno de uma figura polivalente e multifuncional. É uma mulher que tem por obrigação ter corpo bonito, ter um emprego bom, ser casada, ter filhos, ser sensível, compreensível e ainda ter a famosa ‘intuição de mulher’.

Eu não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos, seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir um mito inventado pelos homens para prender as mulheres em sua condição de oprimidas. Não se trata para mulheres de

se afirmar como mulheres, mas de tornarem-se seres humanos na sua integralidade (BEAUVOIR, apud KERGOAT 1996).

Não se pode deixar de reafirmar que essas ideias são difundidas e perpetuadas com um único objetivo, continuar fazendo com que o Capital domine as esferas da vida da sociedade. Como mencionado acima, esse discurso de diferença entre os sexos e da polivalência da mulher beneficia a sociedade do capital.

Resultados alcançados

Tendo em vista a discussão de gênero a partir de uma perspectiva crítica, a análise pretendeu mostrar como o enquadramento de algumas matérias em jornais impressos ajudam os leitores a perpetuarem os pensamentos machistas em relação à figura feminina.

Como já dito ao longo deste artigo, as ideias sobre a divisão sexista do trabalho e a noção de inferioridade da mulher em relação ao homem se faz presente nas diversas relações de produção, pois este discurso é mantido e reforçado pela mídia, pela própria educação e, sobretudo, pela ideologia da sociedade capitalista.

Com base nas análises gerais, mas especificamente nas análises contidas neste artigo percebe-se que em Parintins os discursos sobre a mulher ainda tem uma característica muito machista. Ao longo das análises feitas se pode comprovar que a maioria das matérias retratam a mulher como objeto, a mulher também é colocada como mãe e são poucas as matérias que conseguem fazer uma ruptura no discurso hegemônico.

Na edição 2 do Jornal repórter Parintins, por exemplo, a mulher que é mãe solteira é posta como culpada pelas mazelas sociais que a população sofre, o jornalista isenta o Estado das responsabilidades e se o leitor desta matéria não tiver um senso crítico acaba acreditando que de fato a mulher é responsável pelo êxodo rural, pela violência, pelo o analfabetismo, etc.

Na edição 1 do Jornal Novo Horizonte, as mulheres são colocadas como verdadeiros objetos para serem apreciadas pelo público masculino que vai assistir a competição, quando o jornalista fala que esse concurso sempre atrai um bom público para o evento, ele automaticamente afirma que são as mulheres que garantem esse atrativo. Hawaray (1991, p.232) afirma

(...) a construção da mulher como uma construção material e ideológica do objeto de desejo do outro. Assim, as mulheres não são simplesmente alienadas do produto de seu trabalho; enquanto existem como “mulher”, isto é, objeto sexual, elas não são sequer potencialmente sujeitos

históricos. Para as mulheres não há distinção entre reificação e alienação porque as mulheres não são autoras de reificações, nós as temos sido. As consequências (...) desta posição são enormes e tem sido extremamente controvertidas (...).

A imagem da mulher tem sido construída ao longo dos tempos como um simples objeto de desejo do outro, ou seja, a mulher torna-se um objeto de reificação, de compra e aí surge um grande problema, pois elas sendo vistas como objetos os dominadores (homens) acham que a mulher é propriedade dele, e mais ainda se afirma que elas por serem uma mera propriedade não merecem ocupar o mesmo lugar que eles.

Outra edição do Novo Horizonte é o editorial sobre o Dia 8 de Março (Dia Internacional da Mulher) onde a autora coloca as diversas funções femininas dentro da sociedade, mas finaliza o texto com um discurso esvaziado afirmando que mesmo a mulher entrando no mercado de trabalho, ela não deve perder sua sensibilidade feminina, sua natureza, a intuição e, sobretudo, seu valor de mulher. A contradição existente nesse texto é grande, pois ela faz uma espécie de retrospectiva das lutas das mulheres, sobre o avanço nas políticas de enfrentamento sobre a violência doméstica e finaliza o texto falando sobre a natureza feminina. “*A priori*, uma mulher não tem valor especial porque é mulher. Seria o biologismo mais retrógrado, em contradição com tudo que penso” (BEAUVOIR, apud SCHWARZER, 1986).

A única matéria que tem uma abordagem diferenciada é a primeira edição do Jornal Repórter Parintins onde a abordagem sobre a violência doméstica consegue romper com o discurso vazio de que “mulher gosta de apanhar”. Mas um fato que deve ser considerado sobre esse texto é o pouco destaque dentro do jornal.

Portanto, de acordo com as análises feitas conclui-se que a mídia parintinense tem um discurso machista e que de maneira pensada ou automática os jornalistas reproduzem esses discursos para a população o que prejudica em um estabelecimento de uma nova configuração da figura feminina. E ainda se percebe a importância do jornalismo para a formação de opinião do público leitor, pois por meio do enquadramento o repórter enfatiza ou exclui pontos sobre determinados assunto.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Carlos Alberto de. **O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

ERBOLATO, Mario L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo, Ática, 1991.

FELIPPE, Wiliam, org. **As classes sociais no capitalismo**. 2ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

HAUG, Frida. **Para uma teoria das relações de gênero**. In: _BORON, Atílio A. **A teoria marxista** hoje: problemas e perspectivas. 1ªed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2006.

PAGU, Ana. **O que é machismo**. São Paulo: Sundermann, 2012.

QUARTIM DE MORAES, Lygia. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. Departamento de Sociologia, IFCH, Unicamp – São Paulo, p.2000.

ROTHBERG, Danilo. **O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia**. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Vitrine e vitraço: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo**. Covilha: LabCom Books, 2010.

SCHWARZER, Alice. **Simone de Beauvoir Hoje**. Ática, 1986.

VIEIRA JR, Vilson. **Oligopólio na comunicação: um Brasil de poucos**. Direito a comunicação, 2007.